



PATRIMÔNIO CULTURAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR: A IMPORTÂNCIA DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

MARCO ALEXANDRE NONATO CAVALCANTI
MESTRANDO
HISTÓRIA SOCIAL
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA SÃO PAULO
BOLSISTA CAPES

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A ideia de patrimônio constitui-se no contexto da construção dos estados nacionais, período em que os Estados, após a revolução francesa, propuseram-se a conservar os bens potencialmente capazes de firmá-los enquanto instância suprema:

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (CHOAY, 2001, p.128).

Assim, conforme Canclini descreve, patrimônio cultural se define como “conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo” (2003, p. 160).

A busca para se reforçar uma identidade nacional passa pelas políticas voltadas ao patrimônio em uma ação de “mediação simbólica” (ORTIZ, 1998). Uma posição que contou com o papel fundamental dos intelectuais nas políticas culturais e de patrimônio. E o que ressalta Fonseca “prática característica dos estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público” (FONSECA, 2005, p. 21).

A partir disso, uma questão que deve ser tratada é a avaliação do alcance desses bens dentro da sociedade. Percebe-se uma divisão de grupos, sendo um formado por uma classe de intelectuais, que toma decisões referentes às ações sobre patrimônio, amparado em critérios técnicos e legislações sobre o tema (GIDDENS, 1991), e por outro grupo, formado pela grande maioria dos indivíduos da sociedade que não fazem parte das construções dos processos simbólicos constitutivos, ligados ao patrimônio, em uma realidade que mostra uma falta de diálogo entre o Estado e a sociedade.

E ao analisar o processo de construção do patrimônio nacional brasileiro, deve-se fazer uma observação de que em nossa história não existiu uma participação popular no trabalho de

preservação, com exceções de alguns grupos sociais, sendo, desta forma, um fator de impasses para as práticas de preservação (FONSECA, 2005).

A maioria dos indivíduos que compõem nossa sociedade não teve qualquer participação no processo de construção da identidade nacional oficial, o que acarreta o seu não reconhecimento no patrimônio (JEUDY, 2005).

Isso cria um afastamento de grande parte da população da cultura do patrimônio e preservação, levando a uma sensação de estranhamento das pessoas em relação aos bens patrimoniais.

E mesmo depois de muitas experiências do Estado diante das políticas públicas para a área, investindo no patrimônio cultural, desenvolvendo legislações sobre o tema e tendo como objetivo construir uma definição de identidade nacional, os bens tombados possuem significados específicos e restritos a uma parcela elitizada da população, ficando a maioria do povo brasileiro à margem do processo de construção do patrimônio nacional.

Essa omissão, das camadas sociais populares no processo de criação de uma identidade do coletivo, fez existir, em suas representações, uma ideia de um passado muito distante, longe da realidade dessas pessoas (GIDDENS, 1991).

Assim, a construção de uma identidade, ligada ao patrimônio cultural necessita de um importante cuidado “ao modo como esse objeto tem sido construído e ideologicamente elaborado por determinados sujeitos sociais, que têm tido, no Brasil, o monopólio dessa construção” (FONSECA, 2005, p. 28).

Fonseca ainda considera o valor do patrimônio nacional, mas tem se tornado pesado e mudo:

Pesado, não só por sua monumentalidade, pela solidez dos materiais e pelo lugar que ocupa no espaço público. Pesado porque mudo, na medida em que, ao funcionar apenas como símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e referido a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado como um fardo por mentes mais pragmáticas (FONSECA, 2005, p. 26-27).

Além disso, a autora faz diversos questionamentos sobre o tema, até mesmo sobre os recursos públicos gastos com o patrimônio, sendo que apenas uma pequena parcela da população se vê identificada e representada por esses patrimônios.

Patrimônios culturais que existem como elementos da construção de uma identidade nacional, mas que nos mais diversos aspectos divergem e não consideram as memórias coletivas e aspectos populares, havendo nessa questão um distanciamento das tradições populares e a identidade oficial preservada pelo Estado.

Mas também esse distanciamento do povo diante ao patrimônio cultural, em grande parte se deve, a constituição de todo um processo histórico, sendo a participação popular secundária, como também não foi diferente nos períodos de nossa história em que ocorreram debates sobre o tema e quando foi se consolidando o pensamento preservacionista brasileiro, desde as primeiras décadas do século XX.

Canclini aponta para uma possível teoria social do patrimônio, no sentido de se repensarem os usos sociais contraditórios do patrimônio cultural, que para este autor é:

[...] dissimulado sob o idealismo que o vê como expressão o gênio criador coletivo, o humanismo que lhe atribui à missão d reconciliar as divisões “em um plano superior”, os ritos que o protegem em recintos sagrados? As evidências de que o patrimônio é um dos cenários fundamentais para a produção do valor, da identidade e da distinção dos setores hegemônicos modernos sugerem recorrer a teorias sociais que pensaram essas questões de um modo menos complacente (CANCLINI, 2003, p. 193-194).

Diante da questão que se aponta nesse texto, fica evidente o distanciamento da grande maioria da população das políticas preservacionistas nacionais ao não considerar expressões e a cultura popular na construção de uma identidade nacional para todos, e o patrimônio cultural que acaba se restringindo a camadas minoritárias de nossa sociedade.

EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Podemos descrever como um princípio da Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Desta forma, a Educação Patrimonial em suas formas de mediação, possibilita a interpretação dos bens culturais, tornando-se um instrumento importante de que a participação popular diante do patrimônio cultural se efetive, promovendo a cidadania.

Segundo (FONSECA, 2005), existe uma contradição da promoção da cidadania, no qual, se verifica compromissos políticos e intelectualizados para a construção de uma identidade nacional, e a grande parte da população se encontra excluída do desejo da promoção dos direitos e da cidadania pelas políticas culturais e dos patrimônios. Uma política que em sua história vem mantendo distância da participação social.

A Educação Patrimonial possui grande importância na aproximação das camadas populares do debate sobre patrimônio e identidade, ao propor ações de aprendizado para o tema, gerando um maior interesse no debate de questões significativas tanto para o indivíduo como para sua comunidade. O patrimônio artístico, histórico e ambiental, material ou imaterial são fontes de observação e debate em que o aluno começa a identificar nesses elementos seus significados.

Deve-se, desta forma, utilizar a educação patrimonial como forma de construir os significados dos bens diante do que eles representam para a sociedade. Mais do que algo imposto por uma elite, é no patrimônio observado que se deve investir um novo trabalho cultural, pelo qual esse bem adquire novo uso e novas significações.

Mas também é necessário certo cuidado com as ações de educação patrimonial, ao transmitirem o “sentimento de pertencimento” sendo que grande parte da população não se reconhece nos acervos patrimonializados pela política oficial do Estado.

E ao se pensar em preservação do patrimônio cultural é necessário, primeiramente, conhecer e se identificar com esse patrimônio, sendo importantes as ações educativas para esse

fim. Serão os alunos criando e recriando esses significados e será o educador um elemento de grande importância no debate da importância da preservação, tentando aproximar a população dessa questão e sendo uma forma de rever a atuação social dos que sempre estiveram distante do tema.

É em busca dessa educação, com o objetivo de se repensar a participação na sociedade, que Duarte escreve:

Repensar as formas de obtenção do conhecimento sensível e mesmo o entendimento do que seja ele, constitui um desafio da contemporaneidade, imersa nessa crise e cujo substrato parece ser mesmo o ato humano de conhecer o mundo e, a partir daí nele atuar (DUARTE, 2001, p57).

A educação patrimonial deve estar presente nos currículos escolares, nas ações educacionais, nos mais diferentes espaços e de outras instituições e atividades de educação informal, sendo um trabalho que deve ser realizado de forma interdisciplinar.

Na escola e em outros espaços onde se transmitem os saberes sobre os bens que constituem os acervos patrimoniais, deve-se trabalhar de forma efetiva conhecimentos e saberes referentes ao tema, dando um valor que, por meio da educação patrimonial, vem sendo debatido ao longo das duas últimas décadas por diversas ações de políticas e programas de educação patrimonial por parte dos órgãos de preservação (CANCLINI, 2003).

Como a educação, o patrimônio também tem a finalidade de provocar no indivíduo uma reflexão sobre sua própria realidade e suas ações. “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções” (FREIRE, 1987, p.30). Assim, a relação entre educação e o patrimônio são instrumentos importantes com o objetivo de identidade, participação, interação e construção.

Dessa forma, os bens culturais teriam a conotação de bem público, como aquilo que pertence ao povo, e não ao Estado ou a uma pequena parcela da sociedade, e a preservação ganharia uma carga de importância para a população.

Ao situar o problema em questão, deve-se suprimir a realidade de “analfabetos culturais” que justifica e legitima a violência simbólica (BOURDIEU, 1989) sobre estes sujeitos, que foram historicamente excluídos da construção do patrimônio e da identidade coletiva.

O patrimônio cultural tem que ser considerado um instrumento valioso das experiências humanas, mas a participação popular não pode mais ser ignorada pelo poder público. Aos indivíduos que são excluídos desse processo, a educação patrimonial deve ser uma prática de participação social. E essas práticas políticas que envolvem a experiência da sociabilidade, exigem de todos os envolvidos uma compreensão do uso social do espaço de convívio entre os indivíduos que compõem àquela comunidade (CERTEAU, 2007).

O Patrimônio Cultural deve ser visto como um conjunto de coisas da criação do homem para o homem. Coisas que foram criadas para facilitar a vivência em grupo e a sobrevivência nos espaços. É também, o resultado de construções da coletividade através dos tempos e um determinado espaço. Isso que tem seu vínculo direto com a memória e a formação de uma identidade deve ser tratada como material a ser preservado. Para isso, a educação patrimonial tem a função de aproximar as pessoas do patrimônio e fazerem delas agentes participativos na criação e recriação de significados. A preservação e a conservação, em um movimento de continuidade dependem do envolvimento de todas as pessoas, independente de qual grupo social venha a pertencer.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano 2 (morar, cozinhar). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2003.

DUARTE, João Francisco. O Sentido dos Sentidos. Curitiba: Criar Edições, 2001.



8

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc - IPHAN, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1998.